



**PROGRAMA NORMAS QUE REGEM O SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conhecimentos Gerais (comum a todos os cargos)**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

1. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.
2. Administração Pública.
3. Servidores Públicos.
4. Regime de previdência dos servidores públicos.
5. Regime jurídico dos servidores públicos federais.
6. Processo administrativo.
7. Plano de carreira dos cargos técnico-administrativos federais em educação.
8. Ética profissional.

**SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:**

1. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Malheiros, 2010.
2. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 23.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Atlas, 2010.
3. BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Título II: Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Capítulo I: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Título III: Da Organização do Estado. Capítulo VII: Da Administração Pública Seção I: Das Disposições Gerais e Seção II dos Servidores Públicos. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>> (versão atualizada).
4. BRASIL. Emenda Constitucional n.º 19, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>> (versão atualizada).
5. BRASIL. Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>> (versão atualizada).
6. BRASIL. Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2005. Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>> (versão atualizada).
7. BRASIL. Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>> (versão atualizada).
8. BRASIL. Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>> (versão atualizada).
9. BRASIL. Lei n.º 10.887, de 18 de junho de 2004. Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>> (versão atualizada).
10. BRASIL. Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de

Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>> (versão atualizada).

11. BRASIL. Decreto n.º 1.171, de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>> (versão atualizada).